

APÊNDICE IV – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção, conservação e reabilitação funcional de pavimentos asfálticos no âmbito do Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Alto Sertão – CDS Alto Sertão

1. Finalidade e diretrizes da matriz

A presente Matriz de Alocação de Riscos integra o Termo de Referência, a minuta contratual e os instrumentos dele decorrentes, para fins de definição prévia, objetiva e eficiente dos riscos contratuais previstos e presumíveis, com a correspondente alocação de responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A matriz tem por finalidade:

- a) identificar os principais eventos supervenientes à contratação capazes de impactar a execução, os custos, os prazos, a qualidade e o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste;
- b) atribuir a cada parte os riscos que melhor possa gerir, prevenir, mitigar ou suportar;
- c) estabelecer consequências contratuais objetivas em caso de materialização do risco;
- d) orientar a solução de pleitos de reequilíbrio, prorrogação de prazo, glosa, recomposição, sanção ou resolução contratual;
- e) reduzir litigiosidade, ambiguidade interpretativa e controvérsias na fase de execução.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a matriz de riscos é cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato. A lei também exige que a alocação seja eficiente, considerando a natureza do risco, os encargos atribuídos às partes, o beneficiário da prestação e a capacidade de cada parte para melhor gerenciá-lo.

A presente matriz observa ainda as seguintes premissas específicas da contratação:

- a) o objeto é serviço comum de engenharia, executado sob demanda, por empreitada por preços unitários;
- b) a licitação é estruturada em item único;
- c) os insumos estratégicos necessários à execução serão disponibilizados diretamente pelo Consórcio, quando assim previsto nos instrumentos de governança, nas Ordens de Serviço e nos anexos de suprimento;
- d) os insumos operacionais dos equipamentos, inclusive combustíveis, lubrificantes, fluidos, filtros, manutenção, peças de desgaste e demais custos de operação, permanecem sob responsabilidade da CONTRATADA;
- e) a execução ocorrerá por Ordens de Serviço, com variação territorial, climática e logística própria do semiárido e da malha regional do Alto Sertão.

2. Regras gerais de interpretação

2.1. A materialização de risco expressamente alocado a uma das partes não ensejará, por si só, direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor da parte à qual o risco foi atribuído, ressalvadas as hipóteses legais inderrogáveis.

2.2. A concretização de risco classificado como compartilhado não autoriza, automaticamente, repartição linear de efeitos econômicos em proporção fixa. A solução dependerá da análise do caso concreto, do nexo causal, da prova do impacto, da parcela de contribuição de cada parte e da disciplina específica deste instrumento.

2.3. Não se admite, como regra geral, tratamento automático de “50%/50%” para todos os riscos compartilhados. A repartição deve ser funcional, motivada e coerente com a capacidade de prevenção, mitigação e controle do evento, em conformidade com o princípio da alocação eficiente dos riscos.

2.4. Os riscos que tenham cobertura securitária disponível poderão, quando juridicamente cabível e economicamente vantajoso, ser objeto de exigência específica no contrato, observada a legislação aplicável.

2.5. A presente matriz deverá ser interpretada em conjunto com o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, o contrato, a Ata de Registro de Preços, as Ordens de Serviço, o cronograma executivo, a planilha orçamentária e as especificações técnicas.

3. Estrutura de tratamento dos riscos

Para cada risco são definidos:

- a) evento de risco: fato superveniente, previsto ou presumível, com potencial de impactar a contratação;

- b) alocação: parte responsável primária pelo risco;
- c) medidas preventivas/mitigadoras: providências esperadas para reduzir probabilidade ou impacto;
- d) efeitos contratuais: consequência jurídica e econômica em caso de ocorrência;
- e) documentação mínima: elementos mínimos para análise do evento e eventual adoção de providências contratuais.

I – RISCOS ALOCADOS AO CONTRATANTE (CONSÓRCIO / ADMINISTRAÇÃO)

Risco 1 – Inadequação, insuficiência ou erro relevante nos elementos de planejamento da contratação

Evento de risco: inconsistência relevante no ETP, Termo de Referência, orçamento estimativo, memorial descritivo, planilha-base, quantitativos referenciais ou demais elementos técnicos produzidos pela Administração que comprometa a execução regular do objeto.

Alocação: CONTRATANTE.

Medidas preventivas/mitigadoras: revisão técnica prévia dos artefatos, compatibilização entre ETP, TR, planilhas e anexos; validação jurídica e técnica antes da publicação do edital.

Efeitos contratuais: revisão dos documentos, emissão de orientações complementares, eventual aditamento, ajuste de quantitativos, prorrogação de prazo ou reequilíbrio, desde que demonstrado impacto direto sobre a execução e inexistência de culpa da CONTRATADA.

Documentação mínima: nota técnica da fiscalização/gestão, memória de impacto, demonstração do nexos causal e do reflexo financeiro ou temporal.

Risco 2 – Falha, atraso, insuficiência ou desconformidade no fornecimento dos insumos estratégicos disponibilizados pelo Consórcio

Evento de risco: atraso, descontinuidade, quantitativo insuficiente, inadequação técnica, avaria, inconformidade de qualidade ou indisponibilidade dos insumos estratégicos cuja disponibilização tenha sido assumida pelo CONTRATANTE.

Alocação: CONTRATANTE.

Medidas preventivas/mitigadoras: programação integrada de suprimento e execução; controle de estoques; planejamento de entrega por Ordem de Serviço; rastreabilidade e conferência dos materiais disponibilizados.

Efeitos contratuais: reprogramação da Ordem de Serviço, suspensão parcial da execução, prorrogação de prazo e, quando demonstrado efetivo impacto financeiro extraordinário não absorvível pela contratada, eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Documentação mínima: OS correspondentes, registros de requisição e entrega, laudos de inconformidade, diário de obra, comunicações formais e memória de impacto.

Risco 3 – Demandas decorrentes de passivos viários preexistentes não refletidos adequadamente nos documentos da contratação

Evento de risco: existência de intervenções pretéritas, camadas ocultas, patologias preexistentes graves, passivos construtivos ou situações anteriores à vigência contratual, não adequadamente refletidas no planejamento e não detectáveis pelo contratado com diligência ordinária.

Alocação: CONTRATANTE.

Medidas preventivas/mitigadoras: diagnóstico prévio por trecho, registros históricos, inspeção técnica antes da emissão da OS.

Efeitos contratuais: avaliação técnica específica, redefinição da solução, eventual reprogramação, ajuste quantitativo e, se for o caso, recomposição do equilíbrio.

Documentação mínima: relatório técnico do trecho, evidência de preexistência, registros fotográficos, parecer da fiscalização.

Risco 4 – Atraso no pagamento de medições devidas

Evento de risco: atraso imputável ao CONTRATANTE na liquidação ou pagamento de medições regularmente atestadas.

Alocação: CONTRATANTE.

Medidas preventivas/mitigadoras: fluxo interno de liquidação, conferência tempestiva de medições, programação financeira.

Efeitos contratuais: incidência dos encargos contratuais e legais cabíveis, sem prejuízo do direito da CONTRATADA às medidas admitidas em lei.

Documentação mínima: boletim de medição atestado, documento de liquidação, cronologia de pagamento e prova da mora administrativa.

Risco 5 – Alterações unilaterais determinadas pela Administração

Evento de risco: modificação qualitativa ou quantitativa determinada unilateralmente pelo CONTRATANTE, dentro dos limites legais, com reflexo sobre custos e prazo.

Alocação: CONTRATANTE.

Medidas preventivas/mitigadoras: motivação formal, instrução técnica e compatibilização prévia.

Efeitos contratuais: revisão de prazos, quantitativos, cronograma e, quando for o caso, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da lei.

Documentação mínima: ato formal de alteração, justificativa técnica, memória de cálculo e impacto contratual.

Risco 6 – Passivos ambientais preexistentes à emissão da Ordem de Serviço

Evento de risco: existência de passivo ambiental anterior à contratação ou preexistente ao início do trecho, não imputável à execução da CONTRATADA.

Alocação: CONTRATANTE.

Medidas preventivas/mitigadoras: vistoria prévia do trecho, registros ambientais, definição do escopo da OS.

Efeitos contratuais: avaliação da necessidade de ajuste da solução, paralisação parcial, reprogramação ou revisão contratual, se for o caso.

Documentação mínima: relatório técnico, evidência da preexistência, manifestação ambiental ou da fiscalização.

Risco 7 – Fato do príncipe ou medida estatal específica superveniente que afete diretamente a contratação

Evento de risco: ato estatal específico, superveniente e imprevisível, não imputável à CONTRATADA, que inviabilize ou onere de forma extraordinária a execução do contrato.

Alocação: CONTRATANTE.

Medidas preventivas/mitigadoras: monitoramento regulatório e formalização tempestiva dos impactos.

Efeitos contratuais: avaliação para reprogramação, suspensão, recomposição do equilíbrio ou resolução contratual, conforme a gravidade.

Documentação mínima: ato normativo ou administrativo superveniente, demonstração do impacto direto e memória técnica.

II – RISCOS ALOCADOS À CONTRATADA

Risco 8 – Erros de estimativa, composição de custos, produtividade, metodologia executiva e formação da proposta

Evento de risco: erro de dimensionamento interno da proposta, de produtividade, de mobilização, de logística, de custos indiretos, de metodologia executiva ou de avaliação de encargos.

Alocação: CONTRATADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: diligência prévia, análise dos documentos licitatórios, planejamento logístico e econômico adequado.

Efeitos contratuais: sem direito a reequilíbrio econômico-financeiro.

Documentação mínima: não aplicável para fins de recomposição; o risco integra a esfera ordinária da proposta.

Risco 9 – Insuficiência, indisponibilidade ou falha dos equipamentos, equipes e meios operacionais da contratada

Evento de risco: quebra, indisponibilidade, subdimensionamento, atraso de mobilização ou inadequação operacional dos equipamentos e equipes da CONTRATADA.

Alocação: CONTRATADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: manutenção preventiva, plano de contingência, equipamentos reserva e gestão operacional.

Efeitos contratuais: sem direito a reequilíbrio; possibilidade de glosa, aplicação de sanções e responsabilização por atraso ou inexecução.

Documentação mínima: registros de ocorrência, relatórios da fiscalização, cronograma descumprido.

Risco 10 – Custos de operação dos equipamentos

Evento de risco: aumento ou oscilação ordinária dos custos de combustíveis, lubrificantes, filtros, manutenção, pneus, fluidos, peças de desgaste, operadores e demais insumos operacionais dos equipamentos da contratada.

Alocação: CONTRATADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: gestão de frota, manutenção, planejamento de consumo e precificação adequada.

Efeitos contratuais: sem direito a reequilíbrio, ressalvadas hipóteses legalmente excepcionais e extraordinárias devidamente demonstradas fora da álea ordinária.

Documentação mínima: não aplicável para risco ordinário.

Risco 11 – Má aplicação, perda, desperdício, extravio ou guarda inadequada dos insumos disponibilizados pelo Consórcio após o recebimento pela contratada

Evento de risco: perda, deterioração, desvio, aplicação incorreta, mau acondicionamento, mistura indevida ou consumo sem rastreabilidade dos insumos estratégicos após o recebimento formal pela CONTRATADA.

Alocação: CONTRATADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: conferência de recebimento, controle de estoque em campo, rastreabilidade, armazenamento adequado e treinamento da equipe.

Efeitos contratuais: reposição, glosa, obrigação de correção, responsabilização civil/administrativa e, quando cabível, apuração sancionatória.

Documentação mínima: termo de recebimento, registros de consumo, rastreabilidade, relatório de ocorrência e manifestação da fiscalização.

Risco 12 – Execução em desacordo com as especificações técnicas, normas e critérios de aceitação

Evento de risco: execução com falhas de método, baixa qualidade, não conformidade com DNIT, SICRO, memorial, TR, OS ou demais parâmetros aplicáveis.

Alocação: CONTRATADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: capacitação técnica, controle tecnológico, supervisão e cumprimento das especificações.

Efeitos contratuais: glosa, recusa da medição, obrigação de refazimento/correção, sanções e eventual responsabilização por danos.

Documentação mínima: relatório da fiscalização, registros fotográficos, laudos e ensaios.

Risco 13 – Inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e securitárias

Evento de risco: descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, fundiárias, comerciais ou securitárias relacionadas à execução contratual.

Alocação: CONTRATADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: regularidade documental, compliance trabalhista e fiscal.

Efeitos contratuais: retenções, glosas, sanções, responsabilização legal e eventual rescisão.

Documentação mínima: certidões, autos de infração, relatórios de fiscalização administrativa.

Risco 14 – Danos a terceiros e acidentes de trabalho

Evento de risco: danos materiais, corporais, morais ou ambientais causados a terceiros, usuários, empregados ou subcontratados em razão da execução contratual.

Alocação: CONTRATADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: cumprimento das normas de segurança do trabalho, sinalização, isolamento, treinamento e gestão de riscos operacionais.

Efeitos contratuais: responsabilidade integral da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Documentação mínima: registros de ocorrência, boletins, comunicações, relatórios de segurança e eventuais laudos.

Risco 15 – Descumprimento da legislação ambiental, de trânsito e de segurança do trabalho

Evento de risco: inobservância de regras ambientais, de transporte, trânsito, segurança do trabalho e saúde ocupacional relacionadas à execução.

Alocação: CONTRATADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: licenças operacionais sob sua responsabilidade, sinalização, treinamento, EPIs/EPCs e procedimentos internos.

Efeitos contratuais: correção imediata, glosa, sanções, paralisação pontual e responsabilização administrativa, civil e, se for o caso, criminal.

Documentação mínima: autos de infração, notificações, relatórios da fiscalização.

Risco 16 – Logística inadequada, planejamento deficiente ou subcontratação ineficiente

Evento de risco: aumento de custo, atraso ou perda de produtividade decorrente de planejamento logístico deficiente, subcontratação inadequada, falha de roteirização, improdutividade de equipe ou mobilização ineficiente.

Alocação: CONTRATADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: planejamento executivo, cronograma realista, coordenação operacional e gestão de subcontratados.

Efeitos contratuais: sem direito a reequilíbrio; possibilidade de glosa, sanções e responsabilização por atraso.

Documentação mínima: relatórios de fiscalização, diário de obra, cronograma descumprido.

III – RISCOS COMPARTILHADOS ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

Risco 17 – Vícios ocultos ou condições físicas do trecho não detectáveis com diligência ordinária

Evento de risco: ocorrência, durante a execução, de condição física, geotécnica ou estrutural oculta do trecho, não detectável previamente nem pela Administração nem pela CONTRATADA com diligência ordinária.

Alocação: COMPARTILHADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: inspeção prévia do trecho, emissão de OS com detalhamento mínimo, registro técnico de ocorrência.

Efeitos contratuais: apuração técnica do caso concreto, podendo ensejar redefinição da solução, ajuste de prazo e, quando demonstrado impacto extraordinário não imputável exclusivamente a uma das partes, reequilíbrio proporcionalmente motivado.

Documentação mínima: relatório técnico circunstanciado, registros de campo, manifestação da fiscalização e memória de impacto.

Risco 18 – Caso fortuito ou força maior com impacto temporário na execução

Evento de risco: eventos extraordinários, inevitáveis e supervenientes, como chuvas excepcionalmente intensas, enchentes, deslizamentos, bloqueios gerais ou outros fatos de força maior que afetem temporariamente a execução.

Alocação: COMPARTILHADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: monitoramento climático, planejamento por janela executiva, reprogramação tempestiva e medidas de contenção.

Efeitos contratuais: reprogramação do cronograma, suspensão parcial, revisão de marcos executivos e, se houver impacto extraordinário comprovado fora da álea normal do contrato, análise específica de recomposição.

Documentação mínima: registros meteorológicos, diários de obra, fotografias, comunicações formais e memória de impacto.

Risco 19 – Criação, alteração ou extinção superveniente de tributos diretamente incidentes sobre o contrato

Evento de risco: criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais diretamente incidentes sobre a execução contratual após a data-base da proposta.

Alocação: COMPARTILHADA, com tratamento conforme a natureza do evento e a legislação aplicável.

Medidas preventivas/mitigadoras: monitoramento normativo e instrução documental do impacto.

Efeitos contratuais: recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos legais, quando configurado impacto direto e comprovado sobre o contrato. A Lei nº 14.133/2021 e o TCU tratam essa hipótese como exceção relevante em relação aos riscos assumidos contratualmente.

Documentação mínima: ato normativo superveniente, memória de cálculo e demonstração do impacto direto.

Risco 20 – Oscilação extraordinária e anormal de mercado fora da álea ordinária do contrato

Evento de risco: crise sistêmica, ruptura abrupta de cadeia de suprimentos, inflação extraordinária e anormal ou evento macroeconômico grave que ultrapasse a álea ordinária e afete de forma relevante a execução.

Alocação: COMPARTILHADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: monitoramento de mercado, reprogramação, ajuste de frentes e instrução tempestiva do impacto.

Efeitos contratuais: análise excepcional e motivada para eventual recomposição, apenas quando demonstrado que o evento é extraordinário, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis e não absorvível pela álea ordinária do contrato.

Documentação mínima: estudos de mercado, série histórica, memória de impacto e demonstração do nexo contratual.

Risco 21 – Variação da demanda efetiva no âmbito do Sistema de Registro de Preços

Evento de risco: diferença entre o quantitativo estimado para fins de SRP e o quantitativo efetivamente demandado pelos participantes.

Alocação: COMPARTILHADA, nos limites próprios do regime de SRP.

Medidas preventivas/mitigadoras: governança da ata, planejamento de contratações específicas, emissão gradativa de OS e acompanhamento do consumo.

Efeitos contratuais: não há direito da CONTRATADA à contratação integral do quantitativo estimado; tampouco pode o CONTRATANTE extrapolar quantitativos fora da disciplina da ata. O risco é absorvido pela lógica do SRP, sem reequilíbrio automático, salvo situações específicas formalmente caracterizadas.

Documentação mínima: registros da ata, mapas de consumo, contratos específicos e ordens de serviço.

Risco 22 – Interferências operacionais temporárias por bloqueios, manifestações ou restrições de circulação não imputáveis às partes

Evento de risco: bloqueios viários, manifestações, interdições administrativas temporárias ou restrições excepcionais de circulação que afetem a execução, sem culpa direta da CONTRATADA e sem ato específico imputável ao CONTRATANTE.

Alocação: COMPARTILHADA.

Medidas preventivas/mitigadoras: replanejamento logístico, comunicação com autoridades locais, ajuste de frentes e cronograma.

Efeitos contratuais: avaliação do impacto concreto sobre prazo e sequência executiva, com possível reprogramação e, apenas se comprovado reflexo extraordinário, análise de consequências econômico-financeiras.

Documentação mínima: comunicados oficiais, registros operacionais, diários de obra e memória de impacto.

IV – REGRAS ESPECÍFICAS DE TRATAMENTO DO SINISTRO CONTRATUAL

4.1. Comunicação

A parte que tomar conhecimento da materialização de evento de risco deverá comunicar formalmente à outra parte no prazo contratual ou, na ausência de prazo específico, em tempo razoável, apresentando descrição do evento, possível enquadramento na matriz e indícios do impacto.

4.2. Instrução mínima

Todo pleito de enquadramento em risco contratual deverá ser instruído com:

- a) identificação da OS/trecho/etapa afetada;
- b) descrição do evento;
- c) indicação do item da matriz invocado;
- d) prova do nexo causal;
- e) demonstração objetiva do impacto em prazo, custo ou desempenho;
- f) providências preventivas e mitigadoras adotadas pela parte requerente.

4.3. Dever de mitigação

Ambas as partes têm dever de adotar medidas razoáveis para reduzir os efeitos do evento de risco, sendo vedado agravar artificialmente o dano ou permanecer inerte diante de evento superveniente mitigável.

4.4. Revisão da matriz no curso da contratação

A matriz poderá ser revisada apenas nas hipóteses legalmente cabíveis, mediante motivação técnica e jurídica, vedada alteração oportunista que desnature o equilíbrio inicial do contrato ou transfira retroativamente risco já assumido.

V – DISPOSIÇÃO FINAL

A presente Matriz de Alocação de Riscos integra o Termo de Referência e deverá ser refletida na minuta contratual e nos instrumentos decorrentes, servindo como parâmetro de interpretação do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste,

da repartição de responsabilidades e da solução de eventos supervenientes à contratação.

A matriz deve ser compatível com o regime adotado e com a realidade concreta do objeto, especialmente em empreitada por preços unitários, em que não é adequado transpor modelos genéricos ou próprios de outros regimes sem adaptação.

QUADRO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

I - Riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE (Consórcio)

Nº	Evento de Risco	Alocação / Consequência
1	Inadequação, insuficiência ou erro nos elementos técnicos do Termo de Referência, ETP ou orçamento estimativo	O Contratante assume as consequências, inclusive a necessidade de ajustes técnicos, revisões ou aditivos contratuais, quando cabíveis
2	Demandas decorrentes de intervenções viárias anteriores à vigência do contrato	Responsabilidade do Contratante, por se tratar de passivo pré-existente
3	Vícios ocultos identificados durante a execução, não detectáveis na fase de planejamento	Possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação
4	Atraso no pagamento das medições devidas à Contratada	Incidência de correção monetária, juros e demais encargos previstos no contrato
5	Alterações normativas ou regulatórias específicas do setor de infraestrutura viária que impactem diretamente a execução	Necessidade de adequação contratual e eventual reequilíbrio
6	Greves gerais, manifestações públicas ou bloqueios viários não imputáveis à Contratada e não cobertos por seguro	Responsabilidade do Contratante quanto aos impactos comprovados
7	Passivos ambientais existentes antes da emissão da ordem de serviço	Responsabilidade integral do Contratante
8	Fato do príncipe, caso fortuito ou força maior com impacto direto na execução	Possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro

PRORPORÇÃO: 100% CONTRATANTE

II - Riscos a serem suportados pela CONTRATADA

Nº	Evento de Risco	Alocação / Consequência
----	-----------------	-------------------------

Nº	Evento de Risco	Alocação / Consequência
1	Erros de estimativa, composição de preços, produtividade ou metodologia adotada na proposta	Responsabilidade exclusiva da Contratada, sem direito a reequilíbrio
2	Inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou comerciais	Responsabilidade integral da Contratada
3	Danos materiais, pessoais ou morais causados a terceiros durante a execução	Responsabilidade integral da Contratada
4	Execução dos serviços em desacordo com o Termo de Referência ou normas técnicas	Aplicação de sanções e obrigação de correção
5	Descumprimento da legislação ambiental, de trânsito, de segurança do trabalho ou normas técnicas	Responsabilidade exclusiva da Contratada
6	Acidentes de trabalho e falhas de segurança envolvendo seus empregados ou subcontratados	Responsabilidade integral da Contratada
7	Roubo, furto ou perda de equipamentos, materiais ou insumos sob sua guarda	Risco exclusivo da Contratada
8	Obtenção, manutenção e renovação de licenças e autorizações necessárias à execução	Responsabilidade exclusiva da Contratada
9	Aumento de custos decorrente de má gestão, logística inadequada ou subcontratação ineficiente	Sem direito a reequilíbrio

PRORPORÇÃO: 100% CONTRATADA

III - Riscos a serem compartilhados entre CONTRATANTE e CONTRATADA

Nº	Evento de Risco	Alocação / Consequência
1	Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais após a data da proposta, com impacto comprovado	Possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro
2	Greves específicas de empregados da Contratada, quando não caracterizada má gestão	Avaliação caso a caso, com possível ajuste de prazos

Nº	Evento de Risco	Alocação / Consequência
3	Caso fortuito ou força maior que afete temporariamente a execução	Ajustes contratuais conforme impacto comprovado
4	Variações ordinárias de custos	Tratadas por meio de reajuste contratual, conforme índice previsto
5	Alterações macroeconômicas relevantes (inflação extraordinária, crises sistêmicas)	Avaliação para eventual reequilíbrio
6	Rescisão consensual, anulação ou extinção contratual por motivo superveniente	Deliberação quanto aos efeitos econômicos e financeiros
7	Variação da demanda efetiva de serviços em relação à estimativa inicial (SRP)	Ajuste por meio da gestão da Ata de Registro de Preços

PRORPORÇÃO: 50% CONTRATANTE/50% CONTRATADA

HUGO JEFERSON SOARES SILVEIRA
CREA:3000054720